

Construções comparativas em português: porque algumas são mais iguais *que* outras¹

Sandra Pereira, Clara Pinto e Fernanda Pratas

Centro de Linguística da Universidade de Lisboa

Abstract

In Portuguese comparative constructions of inequality, either *do que* or *que* may be the syntactic heads of the Degree Clause. There are, however, differences in their distribution: *do que* is allowed in all contexts, whereas *que* is barred whenever the Degree Clause includes a finite verb phonologically realized. In the present paper we claim that all canonical comparative constructions in European Portuguese include two full clauses and that, whenever some constituents of the Degree Clause are phonologically null, what we have is a case of ellipsis, whose extent is different for *do que* and *que*.

Keywords / Palavras-chave: comparatives/comparativas, ellipsis/ellipse, conectives/conectores

1. Introdução

Neste trabalho vamos debruçar-nos sobre as particularidades de um tipo de orações comparativas, nomeadamente aquelas que comparam dois elementos quanto a uma certa dimensão (quantidade ou grau), tendo em conta estudos anteriores como Hendriks (1995) e Marques (2003).

Em português europeu, o núcleo de quantidade ou grau apresenta propriedades seletivas em relação ao conector que introduz o segundo termo da comparativa: os advérbios *mais / menos* selecionam *do que / que*, como se observa nos exemplos (1), e *tão* seleciona *como*, conforme se verifica no exemplo (2):

(1) O João é mais alto do que / *como a Maria. [desigualdade]

(2) O João é tão tímido como / *do que o pai. [igualdade]

No âmbito das orações comparativas, vamos concentrar-nos especificamente nas construções de desigualdade, *que*, para além de todas as questões que têm enriquecido o debate sobre estas estruturas em diversas línguas, nos apresentam em português europeu um interessante desafio adicional: tanto *que* como *do que* podem ser os núcleos sintáticos do segundo termo da comparativa, como fica demonstrado no exemplo (3):

(3) O João é mais alto que / do que a Maria.

¹ A investigação para este trabalho foi financiada pelos projetos P.S., Post Scriptum (ERC Advanced Grant - GA 295562) e WOChWEL (FCT - PTDC/CLE-LIN/121707/2010)

De facto, estes dois conectores (*que* e *do que*) têm sido geralmente considerados variantes opcionais para uma mesma estrutura (Marques 2003, Matos & Brito 2002, 2003, 2008), havendo para a forma *que* apenas o traço distintivo de surgir associada a contextos discursivos informais. No entanto, Price (1990) e Brito (1983) apontaram outra diferença entre os dois conectores. Veja-se a seguinte observação:

«Quando o complemento adjectival não é superficialmente frásico, [...] é opcional o uso de *que* ou *do que*; mas quando esse complemento é frásico, como em (4a), é obrigatória a forma *do que*:

- (4) a. O Luís é mais inteligente *do que* o Mário é trabalhador.
b. *O Luís é mais inteligente *que* o Mário é trabalhador.»

(Brito 1983:486)

Esta constatação nunca foi posteriormente desenvolvida nem as suas implicações foram sujeitas a qualquer análise. Com este estudo pretendemos preencher esta lacuna, fazendo a descrição das restrições impostas por *que* e *do que* quanto às frases em que ocorrem – este é o tópico da secção 2. Na secção 3, demonstraremos que, mesmo nos casos em que temos aparentemente uma comparação entre sintagmas, na verdade o que temos são orações plenas mas sujeitas a elipse. Isto ocorre quer nas estruturas com *que* quer nas estruturas com *do que*. Finalmente, na secção 4 será feita uma proposta que dê conta das diferenças entre os dois tipos de estrutura. Na secção 5, apresentamos algumas conclusões e pistas para trabalhos futuros.

2. Distribuição de *que* e *do que*

Em português europeu, algumas construções comparativas de desigualdade ocorrem livremente com as formas *que* e *do que*. A diferença geralmente mais notada entre as duas opções para o núcleo sintático do segundo termo da comparativa refere-se ao contexto discursivo: *que* é associado a contextos mais informais, sendo *do que* a forma usada nas outras situações (Marques 2003, Matos & Brito 2002, 2008).

No entanto, esta abordagem não dá conta de algumas restrições distribucionais, já apontadas em Price (1990) e em Brito (1983), mas nunca verdadeiramente analisadas. Nesta secção mostramos o contraste entre as estruturas que de facto permitem ambos os conectores em variação livre (2.1) e aquelas em que isso não se verifica (2.2).

2.1. *que* / *do que* em variação livre

Quando consideramos apenas contextos discursivos informais, verificamos que estruturas aparentemente distintas permitem a variação livre de *que* e *do que*:

(5) A Maria é mais simpática *do que* / *que* bonita.

(6) Mais vale dormir *do que* / *que* trabalhar.

(7) O Pedro comprou mais livros *do que / que* o João.

(8) O Pedro comprou mais livros *do que / que* revistas.

Como se pode verificar, as frases apresentadas de (5) a (9) são gramaticais com a forma *que* e com *do que*, independentemente de o segundo termo da comparativa ter superficialmente a forma de um sintagma adjetival (como em (5)), um verbo no infinitivo (como em (6)), ou um DP (cf. (7) e (8), em que o DP tem a função sintática de sujeito e de objeto, respetivamente).

Os exemplos acima não são, assim, problemáticos para a abordagem que prevê a variação livre entre *que* e *do que* em contextos discursivos informais. Outros exemplos, no entanto, trazem algumas objeções a essa generalização. Na próxima secção mostraremos contextos distintos em que apenas *do que* pode ocorrer.

2.2. *que / do que* em contextos específicos

Tal como foi apontado por Brito (1983), há contextos em que a forma *que* é bloqueada. Nós apresentamos, porém, a caracterização desses contextos de uma forma diferente: Brito (1983) referia-se à obrigatoriedade de *do que* quando o complemento é frásico; nós, por razões que a seguir ficarão claras, dizemos antes que *do que* é obrigatório quando o segundo termo da comparativa inclui um verbo finito. Veja-se o contraste ilustrado no exemplo (9):

- (9) a. A Sandra leu mais livros *do que* comprou.
b. A Sandra leu mais livros **que* comprou.²

Ainda que o segundo termo da comparativa inclua um sujeito e / ou complemento, a frase com *que* continua a ser agramatical para a leitura desejada, como o contraste em (10) demonstra:

- (10) a. A Sandra leu mais livros *do que* tu compraste.
b. A Sandra leu mais livros **que* tu compraste.

- (11) a. A Sandra leu mais livros *do que* comprou revistas.
b. A Sandra leu mais livros **que* comprou revistas.

O contraste entre os exemplos de (5)-(8), por um lado, e (9)-(11), por outro lado, mostra que *do que* é permitido em qualquer contexto, enquanto *que* não é permitido quando o segundo termo da comparativa inclui um verbo finito lexicalmente realizado. Curiosamente, nenhuma análise sintática foi proposta, até agora, a fim de explicar estes

² Note-se que esta frase é gramatical para uma leitura diferente, em que o constituinte 'que comprou' é uma oração relativa, modificador do nome 'livros'.

factos. O presente artigo aborda este problema e a nossa proposta está descrita na secção 4., mais à frente.

3. A estrutura do segundo termo da comparativa

A observação das estruturas encabeçadas por *que* ou *do que* sugere dois possíveis caminhos de análise: coordenação sintagmática entre constituintes comparativos ou presença de uma oração plena. Por razões de clareza quanto aos objetivos desta secção, defendemos aqui que, nos casos do português europeu em análise neste artigo, o segundo termo da comparativa é sempre uma oração plena. Na secção seguinte, esclarecemos em que medida é que as orações disponíveis nas construções com *que* são diferentes das que estão disponíveis com *do que*.

Os exemplos em (12) mostram estruturas comparativas com *que* e *do que* nas quais o único elemento visível da oração encabeçada pelo conector é um sintagma.

- (12) a. A Maria é mais simpática *do quel que* [~~a Maria é~~] bonita.
b. Mais vale dormir *do quelque* [~~vale~~] trabalhar.
c. O Pedro comprou mais livros *do quelque* o João [~~comprou livros~~].
d. O Pedro comprou mais livros *do quelque* [~~e Pedro comprou~~] revistas.

Embora a estrutura superficial de todos os exemplos em (12) pareça conter apenas sintagmas, verificamos que é possível recuperar, para cada caso, diversas propriedades típicas de uma oração. O que acontece é que, como é natural nas construções comparativas em diversas línguas, nem todos os seus constituintes se encontram lexicalmente realizados.

Curiosamente, o grego moderno apresenta conectores especializados, restringindo-se cada um deles à introdução de um tipo de constituinte como segundo termo da comparativa. De acordo com Merchant (2009:136-137), a preposição *apo* é usada na comparação entre sintagmas e a expressão *ap'oti* introduz comparativas oracionais. Esta especialização claramente facilita a análise, uma vez que estabelece uma distinção morfológica entre construções que, no resto, são aparentemente idênticas. O mesmo não se verifica em português europeu, uma vez que, pelo menos nos casos em discussão, ambos os conectores *que* e *do que* encabeçam orações, como tentaremos demonstrar. O diagnóstico sobre a sua verdadeira estrutura tem assim de apoiar-se noutros elementos da frase.

3.1. Diferentes instâncias de elipse

De acordo com Ross (1967), as características exibidas pelo material frásico deixado para trás após a ocorrência de elipse revelam a estrutura subjacente de uma oração plena. Partindo desta hipótese, defenderemos que, embora o segundo termo da comparativa contenha uma oração, apenas parte dela é lexicalmente realizada, sendo elididos os constituintes não relevantes para a comparação. Ainda assim, os constituintes que permanecem visíveis conservam propriedades sintático-semânticas que se devem a uma estrutura oracional.

Nesta subsecção apresentaremos evidência para a existência de uma oração no segundo termo das comparativas em estudo e mostraremos que a sua estrutura superficial é o resultado de elipse.

Esta estrutura oracional pode ser verificada em dois domínios diferentes: ao nível da sintaxe e ao nível da semântica.

Os exemplos em (13) e em (14) ilustram as propriedades sintáticas dos argumentos realizados em orações encabeçadas tanto por *que* como por *do que*.

- (13) a. O João é mais alto *do que / que eu*. [sujeito - pronome nominativo]
b. *O João é mais alto *do que / que mim*.

- (14) a. O João gosta mais dela *do que / que de mim*. [complemento oblíquo]
b. *O João gosta mais dela *do que / que de eu*.

Em (13a) o único elemento realizado no segundo termo da comparativa é o pronome pessoal de primeira pessoa do singular, na sua forma nominativa. A substituição da forma nominativa pela forma dativa *mim* em (13b) determina a agramaticalidade da frase, uma vez que esta forma do pronome pessoal não se ajusta aqui à função sintática de sujeito. No par (14a) e (14b) verifica-se uma troca de pronomes igualmente ilícita: apenas a forma oblíqua *de mim* pode ocorrer no segundo termo da comparativa, já que a forma pronominal *eu* não pode assumir a função sintática de complemento de uma preposição.

Os pares de exemplos em (13) e em (14) apontam para a existência de uma frase plena no segundo termo da comparativa, na medida em que aí são legitimadas apenas as formas pronominais correspondentes à função sintática que estes elementos desempenham na frase, antes da ocorrência da elipse. Estas funções sintáticas são determinadas pelas propriedades de um verbo que, embora não seja lexicalmente realizado, manifesta assim a sua presença na estrutura.

Quanto às pistas do domínio da semântica, a seleção lexical de determinado tipo de argumentos constitui também evidência de que estamos perante orações finitas plenas neste tipo de estruturas comparativas. Observem-se os exemplos em (15) e (16).

- (15) a. Ontem choveu mais *do que / que* hoje.
b. *Ontem choveu mais *do que / que a Maria*.

- (16) a. Eu bebi mais sumo *do que / que* tu água.
b. *Eu bebi mais sumo *do que / que* tu presunto.

O contraste entre os pares acima mostra que nem todos os constituintes podem surgir no segundo termo da comparativa, sendo as restrições decorrentes das propriedades seletivas do verbo elidido. No exemplo (15b), o constituinte *a Maria* determina a agramaticalidade da frase, uma vez que não respeita as propriedades de seleção do verbo elidido *chover*, que apenas aceita, em português europeu, um sujeito expletivo nulo. Por outro lado, a agramaticalidade de (16b) decorre da

incompatibilidade do nome *presunto* com o verbo elidido *beber*, uma vez que *beber* seleciona apenas nomes com um traço do tipo [+ bebível].

Os argumentos apresentados apontam assim para a existência de uma oração no segundo termo da comparativa. No entanto, deixam por explicar a motivação por detrás do processo de elipse e a razão pela qual apenas alguns elementos são deixados na frase.

3.2. A relevância da informação nova

O conteúdo semântico do segundo termo da comparativa está intimamente relacionado com os conceitos de informação nova e informação conhecida. Na secção 4, quando apresentarmos a nossa proposta, falaremos com mais detalhe da relação entre estes conceitos e a noção de apagamento comparativo. Para já, introduzimos a expressão *common ground*, de Klein (1993): os constituintes que veiculam informação conhecida podem ser elididos, por questões de economia. Apenas a informação nova terá realização fonológica. Quando, num segundo termo da comparativa, existem apenas sintagmas lexicalmente realizados, esse parece ser um caso de elipse de *common ground*, uma vez que o material que resiste à elipse é aquele que introduz informação nova e relevante para estabelecer a comparação. Observemos o exemplo em (17):

(17) Dou aos meus filhos mais fruta *do que* [~~dou aos meus filhos~~] doces.

O segundo termo da comparativa é uma frase finita reduzida ao único constituinte que contém informação nova e simultaneamente relevante para a comparação. Tanto a forma verbal *dou* como o argumento interno *aos meus filhos* são elididos por conterem informação já introduzida previamente (ou seja, dispensável nesta segunda oração).

Embora o segundo termo das frases comparativas encabeçado por *do que* e por *que* seja, em ambos os casos, constituído por uma oração e, também em ambos os casos, privilegie as elipses de *common ground*, o seu comportamento difere no que diz respeito à possibilidade de a informação nova corresponder a uma forma verbal.

Nas comparativas introduzidas pelo conector *do que*, a elipse do verbo finito no segundo termo da comparativa tem carácter opcional, mesmo quando esse verbo é idêntico ao verbo mais alto na estrutura; ou seja, mesmo quando veicula informação já conhecida.

No entanto, essa opcionalidade não se verifica nas orações introduzidas por *que*, pois estas exigem elipse obrigatória do verbo finito.

Como se pode ver no exemplo apresentado em (18), embora o constituinte comparado seja *doces*, a oração introduzida por *do que* permite também a realização do verbo, não obstante o facto de este ser igual ao verbo mais alto na estrutura, não veiculando assim informação nova relevante para a comparação. Por outro lado, a agramaticalidade da mesma estrutura quando introduzida por *que* mostra que, com este conector, a elipse do verbo é obrigatória.

(18) Dou aos meus filhos mais fruta *do que* / **que dou* doces.

Este caso poderia levar-nos a conjecturar que aquilo que o conector *que* realmente proíbe é a realização de um verbo que corresponda a informação conhecida. Se assim

fosse, ele permitiria a realização de verbos finitos desde que eles veiculassem informação nova e relevante para a comparação. No entanto, isso não se verifica. Na verdade, as orações encabeçadas por *que* não permitem a ocorrência de formas verbais finitas independentemente de estas veicularem ou não informação conhecida. Já verificámos esta restrição no exemplo em (11), aqui repetido em (19):

(19) A Sandra leu mais livros *do que* / **que* tu compraste.

Curiosamente, o contraste de agramaticalidade em (20), abaixo, sugere que existe uma outra restrição relativamente à existência de verbos finitos em orações encabeçadas por *que*: elas bloqueiam qualquer leitura associada a um verbo diferente do verbo mais alto na estrutura, mesmo nos casos em que ele não é lexicalmente realizado, mas apenas subentendido. Repare-se que com o conector *que* apenas a leitura em (20a) é possível, uma vez que: (i) o verbo é elidido – o que respeita a restrição acima descrita – e (ii) é idêntico ao verbo mais alto, *ter*. No entanto, a leitura em (20b) é bloqueada com *que*, uma vez que se subentende uma estrutura copulativa com o verbo *ser*. Neste caso: (i) o verbo é igualmente elidido – o que respeita do mesmo modo a restrição acima descrita – , mas (ii) essa forma verbal não realizada corresponde a informação nova relativamente à que temos na oração mais alta.

(20) O João tem um professor mais simpático *do que* / *que* o Luís.

a. *do que* / *que* o Luís [~~tem um professor x muito simpático~~]

b. *do que* / **que* o Luís [~~é x muito simpático~~]

Na próxima secção, apresentamos uma proposta de análise que pretende dar conta das diferentes restrições impostas às estruturas com *que* e com *do que*.

4. A nossa proposta para *que* e *do que*

Estamos agora em condições de defender, partindo do que acima ficou exposto, que a diferença fundamental entre os conectores *que* e *do que* se encontra no tipo de estrutura em que cada um deles pode participar.

Por um lado, com *do que* podemos ter apagamento ou subapagamento comparativos. De acordo com Bresnan (1975:68), (mas veja-se também Chomsky 1977, Kennedy 2002, entre outros), as comparativas em inglês estão sujeitas a uma operação de apagamento que obrigatoriamente elimina a expressão de grau no segundo termo da comparativa. Esta operação elimina todo o material redundante que seja possível eliminar até ao ponto em que não comprometa a recuperação do sentido da frase, resultando assim numa de duas possibilidades empíricas: (i) apagamento de todo o sintagma que inclui a expressão de quantidade ou grau, quando este é idêntico ao do primeiro termo da comparativa; ou (ii) apagamento apenas da expressão de quantidade ou grau, no caso de a componente lexical do constituinte ser distinta da que lhe é correspondente no primeiro termo da comparativa. Em (i) temos apagamento comparativo, em (ii) temos subapagamento comparativo.

Em (21) e (22) temos, respectivamente, exemplos destas versões da operação que, como verificamos, também se aplica em português europeu.

(21) O Pedro comprou mais livros do que o João leu [~~x-muitos livros~~].

(22) O Pedro comprou mais livros do que o João comprou [~~x-muitos~~] CDs.

Nestes casos com (sub)apagamento comparativo o verbo finito pode ser mantido, mesmo que seja idêntico ao verbo da oração mais alta.

Para além desta estratégia, com *do que* temos ainda disponível um tipo específico de elipse: o despojamento. Neste caso, assumimos que os sintagmas que contêm informação nova sofrem movimento-A' para a posição de especificador de uma projeção de foco acima de TP, numa estrutura de 'split CP' (cf. Gengel 2007, a partir de Rizzi 1997). A elipse obrigatória que ocorre em seguida apaga todo o TP e, com ele, todos os elementos que veiculam informação conhecida, que por isso mesmo não moveram para foco. Entre estes elementos pode estar incluído o verbo (23), ou não (24).

(23) a. O Pedro comprou mais livros *do que* o João [~~comprou livros~~].

b. O Pedro comprou mais livros *do que* [~~o Pedro comprou~~] CDs.

(24) O Pedro leu mais livros *do que* [~~o Pedro~~] ouviu CDs.

Por outro lado, com *que* não podemos ter nenhum caso de (sub)apagamento comparativo. Verificamos isto pelo facto de o verbo nunca poder surgir aqui lexicalmente realizado, mesmo quando não veicula informação nova, como vimos anteriormente. Ou seja, para *que* está apenas disponível a segunda estratégia que observámos para *do que*: movimento-A' dos sintagmas que contêm informação nova para a posição de especificador de uma projeção de foco acima de TP, seguido de despojamento (25). Aqui, no entanto, temos a particularidade de nunca ser possível manter um verbo finito realizado (26). Isto decorre naturalmente da restrição já discutida quanto a *que*: este conector não permite que um verbo finito seja portador de informação nova nas orações que encabeça.

(25) a. O Pedro comprou mais livros *que* o João [~~comprou livros~~].

b. O Pedro comprou mais livros *que* [~~o Pedro comprou~~] CDs.

(26) * O Pedro leu mais livros *que* [~~o Pedro~~] ouviu CDs.

Todas estas observações levam à seguinte proposta: o TP projetado nas orações encabeçadas por *que* é defetivo. Isto é, esta projeção acomoda verbos infinitivos lexicalmente realizados, como vimos em (12b), e certamente acomoda também as propriedades seletivas dos verbos que são elididos no curso da derivação, propriedades essas que são visíveis pelas restrições impostas sobre os DPs que aí podem ocorrer, bem

como pela relação entre as formas pronominais admitidas nestas construções e as funções sintáticas a que correspondem, como vimos nos exemplos (13)-(16). No entanto, esta projeção funcional não acomoda traços de Tempo, uma vez que nunca podemos ter aí verbos finitos: nem lexicalmente realizados, como vimos em exemplos variados, nem subentendidos, como vimos em (20).

A razão para esta restrição imposta por *que* quanto à natureza do TP encaixado, por comparação com *do que*, que não parece impor quaisquer restrições deste tipo, ainda não está clara para nós. Este é um tópico que exploraremos em trabalhos futuros.

5. Conclusões

Neste artigo concentrámo-nos nas comparativas de desigualdade em português europeu. Os dois conectores disponíveis, *que* e *do que*, têm sido geralmente vistos como variantes opcionais para uma mesma estrutura (Marques 2003, Matos & Brito 2002, 2003, 2008), sendo a forma *que* associada a contextos discursivos informais, por oposição a *do que*, que surge em todos os outros contextos.

No entanto, como foi anteriormente apontado por Price (1990) e Brito (1983), existem casos em que estes conectores não estão em variação livre. A nossa formulação para essa distinção é a seguinte: sempre que surge no segundo termo da comparativa um verbo finito lexicalmente realizado, o conector *que* produz frases agramaticais. Assim, este trabalho teve dois objetivos: (i) descrever exhaustivamente os contextos disponíveis para *que* e para *do que*; e (ii) propor uma análise que dê conta destas diferenças.

Sugerimos então que com *do que* é possível ter (sub)apagamento comparativo (Bresnan 1975, Chomsky 1977, Kennedy 2002, entre outros), mas também movimento dos constituintes que veiculam informação conhecida para uma posição de foco, seguido de despojamento. Com *que*, apenas a segunda estratégia está disponível, com a particularidade de o verbo nunca poder veicular informação nova. Isto deve-se ao facto de o TP encaixado, nas estruturas com *que*, ser defetivo – não contém traços de Tempo.

Para trabalho futuro, propomos-nos explicar esta relação estrutural entre *que* e a defetividade de TP. Propomo-nos ainda explorar as semelhanças entre algumas frases descritas e certos casos de orações relativas (cf. Donati 1997 para o italiano). Esperamos que este estudo ajude a esclarecer a relação exata entre os seguintes exemplos:

(27) Li mais páginas hoje *do que / que as que* li ontem.

(28) Li mais páginas hoje *do que / * que* li ontem.

À primeira vista, poder-se-ia dizer que também em (28) temos uma oração relativa no segundo termo da comparativa, embora de forma subjacente. No entanto, é curioso que esta configuração não seja possível com *que*, ao contrário da oração relativa plena que vemos em (27). Depois do que acima ficou exposto, será fácil intuir que a agramaticalidade de (28) resulta da presença de um verbo finito, incompatível com *que*, como vimos. Seguindo este raciocínio, a única forma de explicar a boa formação de

(27) seria pela consideração de que, aqui sim, temos um constituinte nominal – a relativa –, e não uma oração no sentido que vimos anteriormente. Uma questão pertinente decorre desta explicação: serão casos como o que temos em (28) os únicos em que o segundo termo da comparativa é verdadeiramente um constituinte nominal, e não uma oração? Esta questão fica também como orientação para trabalhos futuros.

Referências

- Bresnan, Joan (1973) Syntax of the comparative construction in English, *Linguistic Inquiry*, 4.3, 275–345.
- Bresnan, Joan (1975) Comparative deletion and constraints on transformations. *Linguistic Analysis* 1.1:25-74.
- Brito, Ana Maria (1983) Estruturas de subordinação. In Maria Helena Mira et al (orgs.). *Gramática da Língua Portuguesa*. Coimbra: Livraria Almedina. 405-496.
- Brito, Ana Maria & Gabriela Matos (2003) Construções de graduação e comparação. In Maria Helena Mira et al (orgs.) *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Caminho. 729-766.
- Chomsky, Noam (1977) On wh movement in P. In Culicover, Peter, Thomas Wasow, & Adrian Akmajian (eds.), *Formal syntax*, pp. 71–132. Academic Press.
- Donati, Caterina (1997) Comparative clauses as free relatives: a raising analysis. *Probus*, 9:145–166.
- Gengel, Kirsten (2007). Phases and ellipsis. In Emily Efner & Martin Walkow (eds) *Proceedings of the 37th meeting of the North East Linguistic Society*, Amherst MA: GLSA.
- Hendricks, Petra (1995) *Comparatives and Categorical Grammar*. PhD dissertation, University of Groningen.
- Klein, Wolfgang. 1993. Ellipse. *Syntax: an International Handbook of Contemporary Research*. Jacobs et alii. (orgs.). Vol 1: Berlin/New York : Mouton de Gruyter. 763-799.
- Marques, Rui (2003) *Para uma semântica das construções comparativas em português*. PhD diss. Univ. de Lisboa.
- Matos, Gabriela & Ana Maria Brito (2002) On the Syntax of Canonical Comparatives in European Portuguese, *Journal of Portuguese Linguistics*, vol. 1, n.º 1, 41–81.
- Matos, Gabriela & Ana Maria Brito (2008) Comparative clauses and cross linguistic variation: a syntactic approach. In O. Bonami & P. Cabredo Hofherr (eds.) *Empirical Issues in Syntax and Semantics* 7, 307–329.
- Merchant, Jason (2009) Phrasal and clausal comparatives in Greek and the abstractness of syntax. *Journal of Greek Linguistics* 9, 134–164.
- Price, Susan (1990) *Comparative constructions in Spanish and French syntax*. London and New York: Routledge.
- Rizzi, Luigi (1997) The fine structure of the left periphery. In: Liliane Haegeman (ed.), *Elements of syntax*. Dordrecht: Kluwer, 281-337.